

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO

FRANCISCO LUIZ CORSIⁱ

INTRODUÇÃO

A crise que abalou o capitalismo nos últimos três anos ainda não foi totalmente superada, apesar de a economia mundial ter melhorado seu desempenho em 2010, depois de um ano anterior bastante difícil. A situação dos países desenvolvidos, que se caracteriza, em linhas gerais, pelo baixo crescimento econômico, pelas elevadas dívidas públicas e altas taxas de desemprego, denota que os desdobramentos da crise, iniciada a partir do estouro da bolha especulativa no setor imobiliário nos EUA, não se esgotaram.

A crise parece também reafirmar a tendência de desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista. Os EUA, o Japão e a zona do Euro foram duramente atingidos, Porém, outras regiões, como a China e a Índia, apresentaram apenas relativa desaceleração da atividade econômica. Na verdade, esse comportamento discrepante é anterior à própria crise. Desde os anos 1980, os países do Leste Asiático apresentam altas taxas de crescimento, contrastando com o baixo crescimento do núcleo do sistema e de vastas outras áreas da periferia. A crise parece aprofundar a reconfiguração espacial do capitalismo desencadeada na chamada fase de mundialização do capital, com o aparecimento de um novo polo dinâmico de acumulação de capital no Leste Asiático, que questiona a supremacia dos países desenvolvidos.

Diferentemente dos anos 1990, quando as crises varreram a periferia, o epicentro da atual crise encontra-se no centro do sistema e

parece ter potencial para consolidar um mundo multipolar em gestação. A crise abalou um dos pilares do poder econômico e político dos países centrais, a saber: o capital financeiro, fração dominante na atual fase do capitalismo.

Esse processo evidenciou-se após a quebra do banco norte-americano Lehman Brothers, em setembro de 2008, quando o pânico tomou conta do sistema financeiro internacional e trouxe a tona suas fragilidades. Uma das consequências imediatas desses fatos foi a drástica redução da liquidez no mercado mundial, que acarretou a paralisia da acumulação de capital. O resultado foi a forte recessão de 2009. O grau de deterioração da economia só não foi mais grave graças ao desempenho das economias em desenvolvimento, apesar delas também terem sofrido com a crise, e a ampla intervenção do Estado na economia¹.

¹ O produto mundial sofreu uma retração de 0,6%, cabendo destacar a contração no PIB da Alemanha (-4,9%), da Itália (-5,0%), do Japão (-5,2%), Inglaterra (-4,9%) e da Comunidade dos Estados Independentes (-6,6%). A retração dos países avançados deveu-se tanto a queda do consumo quanto dos investimentos, que caíram respectivamente 0,8% e 12%. Mais uma vez, o desempenho das economias em desenvolvimento, que cresceram 2,5%, impediu uma recessão mais profunda em 2009. Os países em desenvolvimento da Ásia cresceram 6,9%, sendo que a China cresceu 9,1%. Uma das consequências imediatas foi a retração do comércio mundial, cujo volume teve uma contração de 11,3%. O desemprego também explodiu, particularmente nos países desenvolvidos. Na União Européia, entre 2008 e 2009, o desemprego cresceu de 7,2% para 9,2% da PEA, atingindo cerca de 22 milhões de trabalhadores.

Embora capital financeiro se apresente de forma cada vez mais desterritorializada, ele está intimamente articulado com os Estados das grandes potências, como ficou evidente nos episódios recentes. A rápida e abrangente ação dos Estados nacionais dos países desenvolvidos, que saíram em socorro do capital financeiro e fizeram de tudo para estancar a crise de liquidez do sistema, evitou, provavelmente, uma depressão semelhante a da década de 1930 e, portanto, afastou graves consequências para o emprego e a produção. Governos liberais abandonaram suas convicções e intervieram pesado na economia. As instituições internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, duras ao “disciplinarem” os países periféricos, como na crise de 1997, mostram-se incapazes de desempenhar papel relevante ante a grave situação da economia mundial. Coube aos Estados nacionais o papel decisivo no processo de estancar a crise. Acometidas de súbita paralisia, limitaram-se, no mais das vezes, a alterar o discurso e passaram a defender uma maior ação estatal no combate a crise.

O espectro de 1929 pareceu afastar-se quando no segundo semestre de 2009 a economia mundial começou a dar sinais de recuperação, com pequena melhora no desempenho econômico dos EUA, Alemanha, França e Japão. Ao mesmo tempo, o PIB chinês cresceu 8,9% no 4º trimestre de 2009 em relação à igual período do ano anterior (BNDES, 2009, p. 2; CORSI, 2010, p. 57; FMI, 2010). Entretanto, a crise não tinha sido superada. No início de 2010, a Grécia sofreu forte ataque especulativo, que a levou praticamente a insolvência e pôs em questão a saúde financeira da Irlanda, da Espanha e de Portugal. A Itália também não passou incólume pelos especuladores. O risco do pânico se alastrar pela Europa era palpável naquele

Nos EUA, em 2007, o nível de desemprego era de 4,6%, passou para 5,8% no ano seguinte e saltou para 9,3%, em 2009. Estima-se que cerca de 30 trilhões de capital fictício, na forma de ações e títulos, foram “queimados” entre o início da crise e o começo de 2009 (FMI, 2010; Corsi, 2010; Dowbor, 2009).

momento. O recrudescimento da crise deveu-se a problemas relativos à rápida expansão das dívidas e dos déficits públicos, que alcançaram elevados patamares. A deterioração das contas públicas resultou, sobretudo, dos esforços dos Estados para salvarem o capital financeiro e das tentativas para estancar a própria crise.

Para impedir que o pânico tomasse conta da Europa foi necessário a aprovação, em maio de 2010, de um pacote emergencial de 750 bilhões de euros para socorrer os países em dificuldades. Mais uma vez os Estados nacionais e a União Europeia não pouparam esforços para garantir a continuidade da valorização fictícia do capital, que consiste em uma das principais causas da crise. A saída encontrada por esses países e pela União Europeia foi socializar os prejuízos. O ônus do ajuste foi jogado nas costas da classe trabalhadora, pois a contra partida do auxílio financeiro consiste na aplicação de rígidas políticas de combate ao déficit público, que implicam medidas contencionistas. Ou seja, medidas recessivas que resultam no agravamento do desemprego, na redução de salários e na perda de direitos sociais. Apesar das amplas manifestações de repúdio a essas políticas nos países atingidos, a classe trabalhadora não tem conseguido, até o momento, reverter esse quadro.

As medidas recessivas são contraproducentes em uma situação de baixo dinamismo econômico, pois reduzem ainda mais a demanda efetiva e assim agravam a crise. Isso também dificulta a recuperação fiscal em virtude do minguado desempenho da arrecadação decorrente da recessão. Esses países correm o risco de entrarem em uma fase de estagnação, pois não dispõem da possibilidade de forte desvalorização da moeda, que abriria espaço para melhorar as exportações e assim começar uma recuperação. Nesse caso, o euro tornou-se uma camisa de força. A alternativa para esses países será mais difícil e implicará obter ganhos significativos de produtividade. Mas isso requer tempo e elevados investimentos, improváveis de se concretizarem em uma economia em recessão ou estagnada.

Embora a economia mundial apresente sinais de recuperação a partir do último trimestre de 2010, os desdobramentos da crise, provavelmente, ainda não se esgotaram, em particular para as economias desenvolvidas. Porém, para entendermos os desdobramentos da crise, que ainda não estão claros em todos os seus aspectos, e as possibilidades que se abrem no novo contexto se faz necessário discutirmos a natureza da atual crise.

A FORMAÇÃO E O ESTOURO DA BOLHA IMOBILIÁRIA NOS EUA

A bolha especulativa com imóveis teve origem nos EUA e foi gerada, em grande medida, pelas políticas adotadas pelo governo norte-americano para combater a crise da Nasdaq a partir de 2001². O FED reduziu os juros e ampliou o crédito. Esperava com isso estimular o consumo e os investimentos, estancando dessa forma a crise. Paralelamente,

² Na segunda metade dos anos 1990, desenvolveu-se ampla especulação com ações de empresas de alta tecnologia, que em parte estimulou o crescimento econômico nos EUA (Brenner, 2003 e 2006). A bolha especulativa que envolveu a chamada nova economia foi importante para a continuidade da valorização fictícia do capital, particularmente após a crise asiática de 1997, quando o capital financeiro em fuga buscou um porto seguro e encontrou não só nas aplicações em títulos da dívida norte-americana, mas também no mercado acionário dos EUA. A bolha com ações estourou em fins de 2000 em virtude da excessiva elevação dos preços das ações em um contexto de queda das taxas de lucro. A crise da Nasdaq marcou uma inflexão no padrão de bolhas especulativas, pois o epicentro das crises deixou de ser a periferia para deslocar-se para o centro do sistema. Nos anos 1990, várias as economias periféricas passaram por severas crises econômicas e sociais, muitas vezes aprofundadas pelas próprias políticas impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial. A principal causa de desencadeamento dessas crises foram os movimentos especulativos de capital em escala mundial. Segundo ainda Brenner (2003 e 2006), o pano de fundo dessas crises seria a queda da taxa de lucro decorrente sobretudo a uma situação de superprodução crônica.

o governo Bush cortou impostos. O volume maior de dinheiro nas mãos dos consumidores estimularia o consumo. O governo norte-americano também incrementou os gastos militares vinculados à guerra no Afeganistão e no Iraque, que subiram 6% em 2001 e 10% em 2002. O déficit público disparou, alcançou a cifra de 450 bilhões de dólares em 2003, sendo que Clinton tinha deixado o governo com um superávit de 236 bilhões. Apesar do discurso liberal, o governo dos EUA adotou uma política anticíclica de inspiração keynesiana (BERNNER 2006, p. 128-133).

Entretanto, essa política não conseguiu recuperar a economia, embora tenha conseguido acalmar as bolsas e reduzir as perdas do capital financeiro, que não foram nada desprezíveis. A economia continuava deprimida. As baixas taxas de lucro, o alto grau de endividamento das empresas, a acirrada concorrência externa e a presença de níveis elevados de capacidade ociosa, já presentes mesmo antes da crise estourar, impediam a retomada da acumulação de capital. O aumento do consumo também enfrentava problemas, pois as famílias estavam severamente endividadas e o desemprego era elevado. O pacote fiscal era insuficiente, pois previa isenções e devoluções fiscais da ordem de 35 bilhões de dólares para uma economia cujo PIB era de cerca de 11 trilhões. O déficit público não tinha capacidade de sozinho impulsionar a economia. (BRENNER, 2006).

O quadro foi revertido e a economia voltou a crescer, em meados de 2003, em virtude da formação de uma nova bolha especulativa com imóveis, que começou a inflar quando o FED reduziu os juros de longo prazo. Os juros dos empréstimos hipotecários de 30 anos caíram, entre 2000 e 2003, de 8,29% para 5,23% e continuaram a cair até recentemente. A queda dos juros das hipotecas elevou a demanda por imóveis e os seus preços, que vinham aumentando desde 1995. A tendência de elevação dos preços dos imóveis persistiu até 2006, quando começaram a cair. O setor de construção civil, que possui largos encadeamentos com outros setores e emprega muito, apresentou forte expansão.

Não obstante a queda do emprego e dos salários, a redução dos juros e o aumento do valor das garantias dos empréstimos (o valor dos imóveis) levaram as famílias a se endividarem ainda mais. Os empréstimos hipotecários para a aquisição de imóveis representavam cerca de 85% dos empréstimos realizados pelas famílias nesse período (BRENNER, 2006, p. 128-130; BORÇA Jr. e TORRES FILHO, 2008).

A valorização dos imóveis possibilitou a ampliação do consumo, que passou a ser o principal responsável pelo crescimento da economia. O maior valor dos imóveis permitiu as famílias incrementarem o consumo por meio de novos financiamentos, de vendas das casas, de refinanciamento de hipotecas e de segundas hipotecas. No entanto, esse aumento sustentava-se sobre bases frágeis. Os investimentos continuavam deprimidos. A economia se recuperava por meio da expansão do consumo, da construção civil, do setor de serviços, do comércio e do setor financeiro. Essa forma de recuperação se alimentava e alimentava febril especulação imobiliária. (BRENNER, 2006).

A retomada do crescimento dos EUA teve consequências globais, pois foi acompanhada de déficits comerciais cada vez maiores, que chegaram a 6,2% do PIB em 2006. O mercado norte-americano tornou-se grande absorvedor de exportações do resto do mundo, em particular dos países asiáticos. Desde os anos 1980, pelo menos, o crescimento do Leste asiático está fortemente articulado a economia norte-americana. De um lado, os enormes déficits comerciais dos EUA estimulam as exportações asiáticas e, portanto, toda a economia da região. Mas a entrada de mercadorias baratas no mercado norte-americano segura a inflação e abre espaço para a continuidade de políticas econômicas expansivas baseadas em juros baixos. De outro, os superávits asiáticos e o acúmulo significativo de reservas permitem a esses países financiarem o duplo déficit (fiscal e comercial) dos EUA. Como assinala Belluzzo (2005), existe uma espécie de simbiose entre as economias norte-americanas e asiáticas.

Todavia, parte do crescimento mundial no período também se deveu aos efeitos do avanço da economia chinesa, em especial no que diz respeito ao consumo de commodities, cuja forte expansão criou as condições para o início de outra bolha especulativa. O ciclo expansivo 2003-2008 da economia mundial se sustentava tanto na forte expansão econômica dos países em desenvolvimento, em especial da China, quanto nos movimentos especulativos de alcance global com imóveis e commodities. Esses dois processos estão imbricados. A especulação não se limita a garantir a valorização do capital fictício, mas também tem efeitos sobre a acumulação de capital e vice e versa.

Ao mesmo tempo em que esses processos se desenrolavam, a especulação com imóveis nos EUA acabou contaminado todo o sistema financeiro mundial. Entre 2001 e 2006, o crescimento anual médio das operações de crédito imobiliário nos EUA foi de cerca de três trilhões de dólares. As vésperas da crise, os empréstimos imobiliários nesse país somavam cerca de 12 trilhões de dólares. Parte desses empréstimos representavam títulos de solvência duvidosa, os títulos *subprimes*.³ Para fugir dos riscos decorrente desse vultoso volume de empréstimos bancos e instituições de crédito imobiliário norte-americanos securitizaram os títulos correspondentes a essas dívidas. Os títulos hipotecários foram amalgamados com outros títulos de dívida (cartão de crédito, empréstimos automotivos etc.), compondo novos títulos de diferentes graus de risco. Esses títulos foram comercializados no mercado global de títulos. Foram tomados como base para o lançamento de derivativos pelo mundo todo por bancos e fundos de investimento. Foram também utilizados juntamente com os referidos derivativos como garantia de créditos e de empréstimos, que serviram para alavancar aplicações em mercados de ações, moedas e

³ Em 2006, por exemplo, o montante de financiamento foi de US\$ 3.580 trilhões, sendo US\$ 600 bilhões em títulos *subprime*. Cerca de 80% dos títulos imobiliários foram securitizados (Borça Jr. E Torres filho, 2008).

títulos. Dessa forma, gerou-se uma cadeia de especulação de abrangência global com bases em papéis insolventes (BORÇA Jr. e TORRES FILHO, 2008; FREITAS e CINTRA, 2008).

O estouro da bolha teve início quando se configurou um excesso de oferta no setor e os preços dos imóveis começaram a cair. Ou seja, a produção aumentou mais rapidamente que a demanda. O setor passou a enfrentar crescentes problemas de realização das mercadorias (SINGER, 2009). Soma-se a isso ligeira elevação dos juros nos EUA em virtude de pressões inflacionárias. A queda dos preços e a elevação dos juros promoveram a insolvência de inúmeros mutuários, o que desencadeou o estouro da bolha. (BORÇA JR. e TORRES FILHO, 2008; FREITAS e CINTRA, 2008).⁴

Essas bolhas especulativas, que levaram a valorização do capital fictício às alturas, deslocando-a cada vez mais das condições materiais de valorização, mais cedo ou mais tarde, se romperiam. O próprio movimento de expansão preparou o terreno para a crise, que estourou em 2008.

⁴ Cada vez mais tomadores de hipotecas imobiliárias ficaram em situação difícil, pois os empréstimos eram tomados a juros flutuantes, que variavam ao longo do contrato. Alguns contratos estabeleciam períodos de carência e outros prestações inicialmente mais baixas, que aumentavam depois de determinado período de tempo. Muitos devedores, quando se viam diante de prestações mais altas, contornavam a situação tomando novas hipotecas com base na elevação dos preços dos imóveis, com as quais saudavam as hipotecas anteriores e voltavam a pagar prestações mais baixas por um novo período. Também incrementavam o consumo com a diferença entre os recursos obtidos com as novas hipotecas e os pagamentos relativos às velhas. Com o aumento da inadimplência, os bancos retomavam cada vez mais imóveis e os colocavam novamente a venda, o que resultou no incremento da oferta e na queda de preços. A queda de preços inviabilizava a tomada de novas hipotecas e, portanto, levou milhares a situação de inadimplência. Estava quebrado o circuito que sustentava o crescimento do mercado imobiliário e a especulação que o acompanhava (Brenner, 2006; Borça Jr. e Torres Filho, 2008; Corsi, 2009).

O PADRÃO DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL BASEADO EM BOLHAS ESPECULATIVAS

Essa dinâmica econômica baseada na bolha especulativa com imóveis centrada nos EUA, que descrevemos muito esquematicamente acima, não é novidade na economia mundial no período recente. Desde o final dos anos 1980, o ciclo econômico está vinculado à formação e ao estouro e bolhas especulativas. Entre 1990 e 2007, tanto os momentos de expansão quanto os de retração estiveram condicionado pela formação e pelo estouro de bolhas especulativas. Nesse período, foram seis crises: recessão 1990-1991, México (1994), Sudeste Asiático (1997), Rússia/Brasil/Argentina (1998 – 1999), Nasdaq (2001) e crise da bolha imobiliária (2008). Também ocorreu uma série de crises localizadas nos países centrais, como, por exemplo, as corridas especulativas contra a libra, a lira e a peseta no início dos anos 1990 e a quebra de instituições e poupança nos EUA em 1994. Não caberia nos limites desse artigo detalhar esse processo, pois cada crise tem suas múltiplas determinações, cabe, contudo, ressaltar um aspecto de grande importância, qual seja: esse padrão, de um lado, vincula-se intimamente a hegemonia do capital financeiro e, de outro, a formação de uma nova fronteira de acumulação de capital no Leste Asiático. Estes processos consistem em desdobramentos da reestruturação do capitalismo resultante da crise estrutural da década de 1970 (CORSI, 2009).

De acordo com Chesnais (2005), na atual fase do capitalismo grandes quantidades de capital formadas no processo produtivo estão sendo atraídas para a esfera financeira, o que dificulta a retomada mais vigorosa dos investimentos, apesar das taxas de lucros terem se recuperado a partir de meados dos anos 1980 depois de tenderem a cair desde meados da década anterior. A elevação dos lucros, no centro do sistema, deveria ter acarretado correspondente incremento nos investimentos, mas não foi isso que aconteceu. Os

investimentos continuaram relativamente baixos nessa região. Essa seria uma das causas da tendência ao lento crescimento na economia mundial verificada nas décadas de 1980 e 1990, apesar do intenso processo de acumulação observado no Leste Asiático.

Os lucros não acumulados das empresas transnacionais, as rendas da terra e as derivadas da exploração de recursos naturais, os juros provenientes do pagamento das dívidas externas do terceiro mundo e as poupanças centralizadas pelos fundos de pensão e pelos fundos mútuos alimentam continuamente a esfera financeira, ao que se soma a própria reaplicação dos rendimentos auferidos na frenética especulação financeira. O resultado é um inchaço crescente dos mercados financeiros (CHESNAIS, 2005). Os capitais formados no centro do sistema encontram dificuldade de valorização na esfera produtiva.

A burguesia, segundo ainda Chesnais (2005, 50-58), tornou-se uma classe rentista. Por meio do controle acionário, impõe uma “forma radical do direito de propriedade” que submeteria as empresas e os assalariados à lógica de rentabilidade do capital financeiro. Um dos elementos desse processo reside no comportamento dos gestores dos fundos de investimento, dos fundos de pensão, das grandes corporações e dos bancos de buscar resultados de curtíssimo prazo e a qualquer custo. Essa postura gera instabilidade e exacerba a especulação (CINTRA, 2005). A majoração dos dividendos e juros exigida pelo capital portador de juros resultaria na redução dos lucros retidos para financiar os investimentos e levaria a rejeição de projetos que não assegurassem as taxas requeridas pelos acionistas. A tendência à redução dos salários somada à queda dos investimentos levaria ao desempenho sofrível de parte da economia mundial.

Os capitais formados no centro do sistema encontram dificuldade em investir na ampliação da produção e buscam valorizar-se de forma especulativa ao defrontarem-se com sobreacumulação em vários setores e ao terem que competir com a produção asiática, que tem custos salariais menores e moeda artificialmente

desvalorizada, conferindo-lhes vantagens competitivas. Esses capitais também buscam ampliar seus investimentos na periferia onde os custos salariais são menores e a legislação ambiental mais frouxa. Procuram também se apropriar de massas de valor cristalizadas em empresas e outros ativos, como, por exemplo, participando dos processos de privatização na periferia do sistema. Nesse contexto, os capitais mais fortes absorvem ou destroem os mais fracos e é isso que vem acontecendo. A China e outros países asiáticos com custos mais baixos vêm conquistando o mercado mundial. A nova fronteira de cumulação no Leste Asiático ao incorporar milhões de trabalhadores mal remunerados à economia mundial incrementou sobremaneira a produção de mais-valia e de mercadorias, que se reflete nos excedentes financeiros da região e coloca um problema de realização do valor em escala global. Os excedentes financeiros do Leste Asiático também são direcionados para aplicações no mercado financeiro global, em especial nos EUA.

A hegemonia do capital financeiro, que exacerba a especulação e inibe os investimentos no centro, e a constituição de um polo dinâmico de acumulação na Ásia estão imbricados. A própria expansão acelerada do Leste Asiático depende, pelo menos em parte, dos movimentos especulativos, que ao sustentarem a maior economia do mundo acabam por estimular o conjunto da economia mundial. Em que medida a presente crise, que abalou a hegemonia do capital financeiro, coloca possibilidades de ruptura desse padrão de acumulação que vem caracterizando o capitalismo na fase de mundialização do capital?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece não ser ainda possível uma resposta conclusiva a essa questão em virtude de não estarem claras as possibilidades abertas pela crise de 2008. Todavia, algumas considerações preliminares parecem pertinentes. A crise abriu a possibilidade de rompimento do padrão de acumulação de capital centrado em bolhas especulativas e da

simbiose entre as economias asiáticas e norte-americana. O enfraquecimento das finanças norte-americanas pode abalar a hegemonia do capital financeiro e dos EUA. Nestas circunstâncias, a China pode ganhar mais autonomia, pois pode sair da crise menos dependente das exportações e mais centrada no seu imenso mercado interno, que tem potencial para tornar-se o centro de gravidade da economia mundial. Processo que já vem se delineando mesmo antes da crise. Ou seja, o deslocamento do centro do capitalismo para a Ásia, como defende Arrighi (1996), poderá se acentuar. Mas esse processo não será nada tranquilo. A China, maior candidata a novo polo hegemônico, não parece ter condições de firmar sua hegemonia pelo menos no curto prazo, pois isso depende, além do peso econômico, da liderança política, ideológica e militar. O modelo chinês não parece ser a resposta para os problemas da humanidade, em especial para a crise ecológica, e nem entusiasma as massas oprimidas do mundo. Nesse quadro, a possibilidade de caminharmos, como sugere Harvey (2009), para um mundo multipolar parece bastante palpável. Porém, isto não significa necessariamente a abertura de novas alternativas de desenvolvimento para o conjunto da periferia capitalista, para as massas oprimidas e para a resolução da questão ambiental.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni, 1997, *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- _____, 2008, *Adam Smith em Pequim*. Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo.
- BASUALDO, Eduardo e ARCEO, Enrique, orgs., 2006, *Neoliberalismo y setores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. CLACSO, Buenos Aires.
- BELLUZZO, Luis. G. M., 2005, “O dólar e os desequilíbrios globais”. *Revista de Economia Política*, V.25, n. 3, jul-set, Brasil, São Paulo, PP. 49-65.
- _____, 2009. *Os antecedentes da tormenta*. Origens da crise global. São Paulo: UNESP.
- Blackburn, Robert, 2008, “La crisis de las hipotecas subprime” *New Left Review* (Edição em língua espanhola), Madrid, mai.jun.
- BORÇA JR. G. R. e TORRES FILHO, E. T., 2008, “Analisando a crise *subprime*”. *Revista do BNDES*. nº 30, dez. BNDES, Brasil, Rio de Janeiro.
- BRENNER, Robert, 2008 “O princípio de uma crise devastadora” www.vermelho.org.br.
- _____, 2006, “Novo boom ou nova bolha? A trajetória da economia norte-americana”, en, Sader, Emir, org., *Contragolpes*. Boitempo, São Paulo.
- _____, 2003, *O Boom e a bolha*. Os Estados Unidos na economia Mundial. Record, Rio de Janeiro.
- Chesnais, François, 2007 “Até onde irá a crise financeira”. *Le Monde Diplomatique*. www.uol.com.br (consulta em 13/11/2007).
- _____, org., 2005, *A finança mundializada*. Boitempo: São Paulo.
- _____, 1998 “Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais”. *Outubro*, nº 1, São Paulo, pp. 7 – 32.
- _____, 1996, *A mundialização do capital*. Xamã, São Paulo.
- CORSI, Francisco. L., 2009. “A crise estrutural e reconfiguração do capitalismo global”. In: ALVES, Giovanni e FIGARI, Claudia (orgs.) 2009. *La precarización del trabajo em América Latina*. Bauru: Canal 6/Londrina: Praxis.
- _____, 2008, “Capitalismo global; crise, bolhas especulativas e periferia”, en Tumolo, Paulo. S. e Batista, Roberto. L.

Trabalho, economia e educação: perspectivas do capitalismo global. Praxis/Massoni, Londrina.

DOWBOR, Ladslaw, 2009, “A crise financeira sem mistérios”. *Le Monde Diplomatique*, www.diplo.uol.com.br (01/09).

Fiori, José. L. 2008 “O mito do colapso americano”. *Valor Econômico*, 08/10/2008, pp. A17. São Paulo.

Fundo Monetário Internacional, 2007-2010, Perspectivas de la economía mundial. www.imf.org

HARVEY, David, 2009, “Resgatar o capitalismo dos capitalistas e de sua ideologia falsária”. *Agência Carta Maior*, www.cartamaior.com.br (19/02/09).

KRUGMAN, Paul. 2009. *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro: Campus.

MORRIS, Charles R. 2009. *O crash de 2008*. São Paulo: Aracati

LEIVA, Orlando C. ,2005, “Estados Unidos y China: locomotoras en la recuperación y las crisis cíclicas de la economía mundial”, en: Reyno, Jaime E., org., 2005, *La economía mundial y América Latina*. Tendencias, problemas e desafios. CLACSO, Buenos Aires.

MEDEIROS, Carlos. A, 2006, “A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática”. *Revista de Economia Política*, v. 2, n° 3, julho-setembro, São Paulo.

SINGER, Paul. 2009. “O mistério do inter-relacionamento entre finanças e a economia da produção”. In: Sister, Sérgio (org.) 2009. *O abc da crise*. São Paulo: Perseu Abramo.

ⁱ Professor de Economia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP